

RACISMO E ANTICIDADANIA NO BRASIL: ÓBICES À CONVIVÊNCIA COLETIVA

João Paulo Alves de Santana¹

¹Licenciando em Educação Física (FAMAM), joaopaulosantana1@gmail.com

Apesar dos significativos avanços nas discussões raciais no Brasil, que culminaram no engendramento e na expansão de políticas públicas de ações afirmativas com recorte racial no âmbito acadêmico, a cidadania do país encontra-se em processo de construção. É mister pontuar que a emergência de políticas reparadoras, ou seja, de (re) construção das identidades e das subjetividades dos grupos humana e socialmente excluídos, resulta das inúmeras reivindicações que se contrapõem ao extenso processo histórico de solapamento dos direitos humanos (civis, políticos e sociais) das classes subalternizadas. Não obstante, o racismo subsiste energicamente no imaginário e na prática social brasileiros, de tal modo que se entrelaça às estruturas sociais. Malgrado tenha-se avançado juridicamente com a criação da lei 10.639/03, que preconiza o ensino da história africana e da cultura afro-brasileira, a dívida cultural encontra-se longe de ser revertida. Afinal de contas, o projeto colonial, responsável pela catástrofe escravagista perpetrada contra os povos negros e indígenas durante e perdurante o processo de colonização, ainda tem espaço nas relações sociais e de poder. Ele, por seu turno, se capilariza na tessitura social por meio do que o filósofo Louis Althusser (1983) denomina “Aparelhos Ideológicos de Estado”, expressando-se na família, na escola e nos meios de comunicação, em suma, assegurando-se hegemonicamente nas instâncias político-sociais. Por isso mesmo, é uma tarefa fundamental, ainda que extenuante, discutir, a partir de um panorama histórico-social, a lógica de formação social brasileira, ou seja, os fatores pelos quais o racismo e a anticidadania vigoram na estrutura societária brasileira hodiernamente, a fim de não banalizar e reproduzir, implicitamente, as desigualdades advindas do tortuoso legado histórico constituinte do Brasil. Assim, é incontestável que a educação possui um papel fundante no que tange à construção e a ressignificação das identidades raciais, haja vista que a diáspora africana incorreu na fragmentação e, até mesmo, nos modos de ser e de existir da negritude. Destarte, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação existente entre racismo e anticidadania. No que tange à metodologia, esta pesquisa classifica-se quanto à finalidade como básica. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Em relação à abordagem, configura-se tipologicamente como qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, fundamenta-se na análise de conteúdo de Bardin (1977), que permitiu compreender a estrutura de desenvolvimento social brasileiro mediante a apropriação da relação simbiótica entre racismo e anticidadania a partir de análises em bibliografias diversas. Concernente aos resultados parciais, destacou-se que o racismo constitui uma ferramenta indissociável do projeto civilizatório colonial, pois relaciona-se à submissão do homem pelo homem, o que impede o gozo coletivo dos direitos humanos, resultando, portanto, na conjuntura social anticidadã. Ademais, pôde-se analisar que, nos nossos dias, a perpetuação do racismo transfigurou-se, adentrando os espaços das redes sociais, embora carregue sua essência intransigente e abjeta. Desse modo, constata-se que o racismo é, essencialmente, antiético, visto que impossibilita a vivência e a convivência coletiva harmônicas em sociedade.

Palavras-chave: Racismo. Anticidadania. Brasil. Identidade Racial.